



**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**

**SISTEMA DE DIGITALIZAÇÃO E VIRTUALIZAÇÃO DE PROCESSOS
JUDICIAIS DO 1º e 2º GRAUS DE JURISDIÇÃO
RELATÓRIO DE ATIVIDADES**

Belém-PA
Janeiro / 2021

1



Assinado com senha por ALICE VIANA SOARES MONTEIRO(usuário), GERALDO NEVES LEITE(usuário) e PATRICIA DO SOCORRO CAMPOS CASSEB(usuário).
Use 2695696.17109599-5666 para a consulta à autenticidade em <https://apps.tjpa.jus.br/sigaex/siga-autenticidade>
Documento gerado por PATRICIA DO SOCORRO CAMPOS CASSEB *Data e hora: 08/02/2021 10:09



PADES202114883



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

LEONARDO DE NORONHA TAVARES

Desembargador Presidente

CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO

Desembargadora Vice-Presidente

DIRACY NUNES ALVES

Desembargadora Corregedora de Justiça das
Comarcas do Interior

MARIA DE NAZARÉ SAAVEDRA GUIMARÃES

Desembargadora Corregedora de Justiça da
Região Metropolitana de Belém





PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO TJPJ 2015/2020 - PLANO DE GESTÃO 2019/2021

MACRODESAFIO – Celeridade e Produtividade na Prestação Jurisdicional - Iniciativa Estratégica: Aperfeiçoamento da gestão do processo judicial eletrônico.

EQUIPE RESPONSÁVEL

Geraldo Neves Leite

Juiz auxiliar da Presidência
Coordenador Geral do Grupo de Trabalho

Miguel Lucivaldo Alves dos Santos

Subcoordenador Geral do Grupo de Trabalho

Alice Viana Soares Monteiro

Coordenação Técnica

David Jacob Bastos

Coordenação Operacional da Central Regional de 2º Grau

Patrícia do Socorro Campos Casseb

Coordenação Operacional das Centrais Regionais de 1º Grau

Gestores das Centrais Regionais

Cláudia Ayres Régis; Angela Karla Cidon Mascarenhas; Hécio Alves dos Reis Ramos; Sandra Ribeiro Cunha; Roberto Hailton Santos da Silva; Susana dos Santos Ribeiro de Moraes e Rachel Henrique Tavares de Melo Rodrigues Mendes





SUMÁRIO

1. Apresentação
2. Central de Digitalização e Virtualização do 2º Grau
3. Centrais Regionais de Digitalização e Virtualização do 1º Grau
 - 3.1. CRDV 1º Grau – RMB / SEDE
 - 3.2. CRDV 1º Grau – RMB / FÓRUM CÍVEL
 - 3.3. CRDV 1º Grau – RMB / ANANINDEUA
 - 3.4. CRDV 1º Grau – REGIÃO SUDOESTE e OESTE DO PARÁ / SANTARÉM
 - 3.5. CRDV 1º Grau – REGIÃO SUL e SUDESTE DO PARÁ / MARABÁ
 - 3.6. CRDV 1º Grau – REGIÃO SUL e SUDESTE DO PARÁ / PARAUAPEBAS
4. Abrangência das Centrais Regionais de Digitalização
5. Produtividade consolidada das Centrais Regionais de Digitalização
6. Metas cumpridas pelas Centrais Regionais
7. Digitalização de acervo pelas unidades judiciárias
8. Problemas recorrentes e possíveis soluções
9. Projeção para digitalização do acervo físico de processos considerando a expansão dos recursos humanos e materiais das centrais regionais
10. Acompanhamento da Digitalização e Virtualização de Processos Físicos - Digitômetro




1. APRESENTAÇÃO

Com a implantação do Sistema de Processo Judicial Eletrônico – PJe, no Tribunal de Justiça do Estado do Pará, foram adotadas diversas iniciativas que demarcaram os importantes avanços para dotar o Judiciário paraense de maior celeridade e produtividade na prestação jurisdicional, dentre os quais, destacam-se as ações realizadas nos últimos 02 (dois) anos e meio em relação as estratégias que proporcionaram melhorias significativas nas atividades de digitalização e virtualização dos processos judiciais.

A instalação da Central de Digitalização do 1º Grau, em 2018, foi o primeiro e fundamental passo para a expansão da digitalização no 1º grau de jurisdição. Inicialmente criada para atender à demanda dos processos oriundos das Unidades Judiciárias, em grau de recurso, a Central, nesse período assumiu e cumpriu com êxito várias metas, como se demonstra a seguir, contribuindo para a celeridade na prestação jurisdicional, mesmo nos momentos em que lidar com autos físicos se tornou inviável, como no caso da pandemia do novo coronavírus em curso desde o mês de março de 2020.

Ressalta-se, dentre as medidas essenciais à expansão da digitalização e virtualização de processos, a edição da Portaria 003/2018-GP/VP que regulamentou de forma inicial todo o procedimento operacional de digitalização e virtualização de processos, e a recente Portaria 1833/2020-GP que, instituiu o SISTEMA DE DIGITALIZAÇÃO E VIRTUALIZAÇÃO DE PROCESSOS JUDICIAIS, que, entre outros avanços, estabeleceu:




- 
- a) a criação das Centrais Regionais;
 - b) a possibilidade de digitalização de acervo pela própria Unidade Judiciária; e
 - c) a participação de advogados e procuradores no processo de digitalização de autos;
 - d) a instituição do Selo de unidade 100% digital, como forma de reconhecimento e incentivo à virtualização dos acervos das unidades judiciárias.

No processo de expansão, tem-se enfrentado muitas dificuldades em relação à infraestrutura, pessoal qualificado e número insuficientes de servidores para atender à demanda própria para a migração de autos. Ao instalar as Centrais Regionais, foi constatada a necessidade de melhorias em relação à rede de internet, ao espaço para armazenamento de dados, entre outros, conforme melhor relatado ao tratar de cada Central. Também observou-se uma dificuldade na migração dos processos pelos próprios servidores das Unidades Judiciárias, a falta de conhecimento dos normativos publicados, assim como dos Guias de Procedimentos relativos à digitalização e virtualização de processos, disponibilizados no Portal do TJPA, por parte dos servidores das mais diversas Comarcas.

Assim, em que pese os avanços alcançados, há ainda vários desafios e dificuldades a serem enfrentadas para que a digitalização e a virtualização de processos possa ocorrer de forma mais célere, com equipes capacitadas e aptas a cumprirem as metas propostas. Constatou-se a necessidade de maior comprometimento por parte dos atores envolvidos no processo de digitalização, o que somente será possível por meio da gestão colaborativa e da priorização da virtualização do acervo de processos físicos existentes, que resultará em maior





capacidade de realização das unidades judiciárias, que em tempos de pandemia, poderão manter e acelerar a produtividade, fazendo com que o jurisdicionado receba uma efetiva prestação jurisdicional.

2. CENTRAL DE DIGITALIZAÇÃO E VIRTUALIZAÇÃO DO 2º GRAU


A Central de Digitalização e Virtualização do 2º Grau, localizada no prédio sede, foi instituída por meio da Resolução nº 7, de 11 de abril de 2018, com competência original de digitalizar e remeter eletronicamente os processos com recursos a serem apreciados no Superior Tribunal de Justiça (STJ) ou no Supremo Tribunal Federal (STF), bem como receber estes processos quando julgados pelos Tribunais Superiores.

Além dessa atribuição, a Central de Digitalização e Virtualização do 2º Grau é responsável pela digitalização dos processos cíveis e penais em trâmite no 2º Grau, que necessitem de diligência junto às unidades judiciárias do interior do Estado, para as quais são remetidas mídias com a íntegra dos autos digitalizados.

A produtividade geral da Central de Digitalização e Virtualização do 2º Grau para o período de 2019/2021 está abaixo demonstrada:

Ano	Processos Digitalizados	Páginas Digitalizadas	Processos Enviados ao STJ	Processos Recebidos do STJ	Processos Recebidos do STF	Processos enviados diretamente ao STF
2019	4.993	1.257.776	1.448	1.672	530	50
2020	2.597	765.667	1.232	1.429	61	30
2021	86	26.000				
TOTAL	7.676	2.049.443	2.680	3.101	591	80





Com a edição da Portaria nº 1833/2020, de 3 de setembro de 2018 foram ampliadas as atribuições da Central de Digitalização e Virtualização do 2º Grau para atender a digitalização e virtualização do acervo físico em trâmite no segundo grau de jurisdição.

A Central é composta de uma equipe de 9 (nove) reeducandos, dos quais 7 (sete) estão com seus contratos vencendo em 31.01.2021. A equipe de colaboradores é responsável em realizar o processo de trabalho de digitalização nas seguintes fases: higienização, digitalização, conferência e remontagem. Conta ainda, com 2 (dois) servidores, sendo um responsável pela gestão da unidade e outro, responsável pela gestão da meta de digitalização do acervo de processos físicos em tramitação nos gabinetes de desembargadores da competência penal, bem como pela gestão e multiplicação dos conhecimentos relativos à fase de indexação e migração de processos ao sistema PJe.

Para atender a etapa do processo de trabalho referente à migração de processos ao sistema PJe, conta com uma equipe provisória de 16 (dezesseis) servidores que atuam remotamente, com jornada especial de duas horas diárias, mediante pagamento de gratificação especial de trabalho.

Com o desafio de digitalizar e virtualizar um acervo físico de aproximadamente 4.700 (quatro mil e setecentos) processos da competência penal em trâmite no 2º grau, é inegável que a estrutura atual tanto de recursos materiais, quanto de recursos humanos existentes, necessitam de incremento, a fim de que os objetivos inicialmente traçados e outros que por ventura possam ser fixados, venham a ser efetivamente realizados no prazo estipulado.

Atualmente, a Central de Digitalização e Virtualização do 2º Grau conta com 6 (seis) scanners de grande porte, dos quais 2 (dois) foram cedidos pela Central de



Digitalização e Virtualização do 1º Grau para a reestruturação do parque de equipamentos dimensionados para concretização das metas fixadas para essa Central, quanto a digitalização do acervo de processos físicos existentes nos gabinetes dos Desembargadores da competência penal.

O acervo inicial de processos físicos dos gabinetes dos referidos Desembargadores a ser digitalizado e virtualizado pela central do 2º grau, bem como a produtividade por gabinete está abaixo demonstrada:

Unidade	1ª Turma de Direito Penal	2ª Turma de Direito Penal	3ª Turma de Direito Penal	Seção de Direito Penal	Tribunal Pleno	Sem Especificação	Ao MP	Vistas ao Advogado	Outras Dilig.	Total Aptos	Total
Gab. Vânia Lúcia da Silveira	141			7						148	148
Gab. Vânia Valente Bitar Cunha		452		11	1					464	464
Gab. Raimundo Holanda Reis			1287	2						1289	1289
Gab. Maria de Nazaré das Santos						781				781	781
Gab. Leonan Gondim da Cruz Junior			1094	1			29	10	18	1095	1152
Gab. Mairton Marques Carneiro			236	4						240	240
UPJ das Turmas Criminais						418				418	418
Sec. das Câmaras Criminais Reunidas						229				229	229
Totais	141	452	2617	25			29	10	18	4664	4721





CENTRAL DE DIGITALIZAÇÃO E VIRTUALIZAÇÃO DO 2º GRAU					
Acompanhamento Por Processos					
Gab. Vânia Valente do Couto Fortes Bitar Cunha					
Meses / 2020	Processos Recebidos	Processos Higienizados	Processos Digitalizados	Processos Conferidos	Processos Virtualizados
NOVEMBRO					
DEZEMBRO	422	422	422	422	405
Total	422	422	422	422	405
Meses / 2021	Processos Recebidos	Processos Higienizados	Processos Digitalizados	Processos Conferidos	Processos Virtualizados
JANEIRO					
FEVEREIRO					
MARÇO					
ABRIL					
MAIO					
JUNHO					
JULHO					
AGOSTO					
SETEMBRO					
OUTUBRO					
NOVEMBRO					
DEZEMBRO					
Total					
Total Geral	422	422	422	422	405
Acervo		422			
Índice de Digitalização		100,00%			
Índice de Virtualização		95,97%			





CENTRAL DE DIGITALIZAÇÃO E VIRTUALIZAÇÃO DO 2º GRAU					
Acompanhamento Por Processos					
Gab. Raimundo Holanda Reis					
Meses / 2020	Processos Recebidos	Processos Higienizados	Processos Digitalizados	Processos Conferidos	Processos Virtualizados
NOVEMBRO					
DEZEMBRO	1.116	1.068	970	515	228
Total	1.116	1.068	970	515	228
Meses / 2021	Processos Recebidos	Processos Higienizados	Processos Digitalizados	Processos Conferidos	Processos Virtualizados
JANEIRO					
FEVEREIRO					
MARÇO					
ABRIL					
MAIO					
JUNHO					
JULHO					
AGOSTO					
SETEMBRO					
OUTUBRO					
NOVEMBRO					
DEZEMBRO					
Total					
Total Geral	1.116	1.068	970	515	228
Acervo	1.116				
Índice de Digitalização	86,92%				
Índice de Virtualização	20,43%				



3. CENTRAIS REGIONAIS DE DIGITALIZAÇÃO E VIRTUALIZAÇÃO DE PROCESSOS DO 1º GRAU

3.1. CRDV 1º Grau – RMB / SEDE


A Central de Digitalização e Virtualização do 1º Grau, localizada no prédio sede foi criada em 2018, com vistas à digitalização e virtualização dos processos de 1º Grau em grau de recurso.

A Central é composta de uma equipe de reeducandos que realizam o processo de trabalho de digitalização nas seguintes fases: higienização, digitalização, conferência e remontagem; e uma equipe de servidores que atuam na fase de triagem e de migração dos processos.

Em julho de 2020, a Central teve sua equipe de reeducandos dividida para instalação da Central no Fórum Cível; assim, hoje, a Central de Digitalização e Virtualização do 1º Grau – RMB/Sede conta com **12 (doze) reeducandos**, dos quais, **05 (cinco)** estão com contrato vencendo em 31.01.2021.

A equipe de migradores é composta por **08 (oito) servidores**, sendo que 01 responde pela Central; 01 foi cedido à Central do 2º Grau e 01 é responsável pela triagem, restando apenas 06 servidores que atuam exclusivamente na migração, os quais, tem que atender tanto às demandas comuns da Central (processos em grau de recurso), quando às metas que são estipuladas (migração dos processos da UPJ Família, migração do acervo do 2º grau Cível).





A Central de Digitalização e Virtualização do 1º Grau, nesses 2 anos e meio de atuação tem cumprido metas que lhe foram apresentadas, além das competências inicialmente fixadas, sempre com êxito, tais como:

- Digitalização e virtualização de todos os processos da Norte Energia, que estavam em trâmite no 2º Grau;

- Digitalização de **13.598 (treze mil, quinhentos e noventa e oito)** processos de Execução Penal, Penas e Medidas Alternativas, para posterior migração ao SEEU de 1.200 (Hum mil e duzentos) processos não migrados pelas unidades judiciárias;

- Digitalização e virtualização do acervo da Turma Recursal;

- Digitalização e virtualização dos processos do Grupo de Trabalho – Meta 4;

- Recentemente, está em andamento a digitalização e virtualização do acervo dos Gabinetes dos Desembargadores da competência Cível, com conclusão prevista para o dia 31.01.2021.

Até **dezembro/2020**, apesar das restrições impostas pela pandemia, em que houve suspensão das atividades e redução da equipe pela metade (pela divisão para instalação da Central do Fórum Cível), foram digitalizados mais de 8.000 processos, totalizando aproximadamente mais de 2.015.315 folhas, contabilizando, em 2 anos e meio, mais de 35.000 processos virtualizados.

Tal serviço, realizado no âmbito do próprio Tribunal, gerou uma economia de mais de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), se levarmos em conta o valor que seria





pago para digitalização por folha com serviços externos (na base de R\$ 0.29 – valor estipulado em 2018).

Meses	Processos Digitalizados	Folhas Digitalizadas	Processos Migrados	Economia
TOTAL 2020	8.078	2.015.315	5.150	R\$ 584.441,35
TOTAL 2019	21.723	3.923.104	15.645	R\$ 1.137.700,16
TOTAL 2018	6.096	1.907.018	2.302	R\$ 553.035,22
TOTAL GERAL	35.897	7.845.437	23.097	R\$ 2.275.176,73


- Economia = referência de R\$ 0.29 por folha (base de valor do ano de 2018)

Atualmente, a Central tem enfrentado problemas em relação a equipamentos, o que tem prejudicado a celeridade no cumprimento da meta atual (digitalização dos gabinetes da área cível), pois, conta com apenas 02 scanners de grande porte, já que 02 foram destinados à Central de Digitalização e Virtualização do 2º Grau, desde dezembro/2020.

Foram recebidos 02 scanners doados ao TJPA pela PGE, mediante convênio, porém, até o presente momento, os equipamentos não contribuíram nos trabalhos desenvolvidos, pelos motivos abaixo relacionados:

- 1- O modelo não possui espelho. Isso gera um atraso na fase da higienização e um gasto excessivo de papel, já que é necessário tirar cópia de todos os documentos que não atendam o padrão aceito pelo scanner;




- 
- 2- O processamento e salvamento de folhas é extremamente lento, o que atrasa muito, já que, o mesmo tempo em que digitaliza 01 processo, no outro scanner utilizado pelas Centrais, podem ser digitalizados 02 ou mais processos;
 - 3- Ainda não conseguiram acertar as configurações, impedindo que seja utilizado, já que muitas folhas saem com informações cortadas, além de não digitalizar o verso de páginas.

Várias foram as tentativas dos técnicos para solucionar os problemas, porém, até o momento os scanners não tem sido utilizados. Assim, foi necessário emprestar 01 scanner do Fórum Cível, para pelo menos manter a digitalização de forma a alcançar o objetivo. Porém, ao final do corrente mês, o equipamento precisará ser devolvido, ficando a Central de Digitalização da Sede com apenas 02 scanners de grande porte, o que não é suficiente para dar vazão aos processos que compõem o fluxo comum da unidade.

Diante disso, é imprescindível que os scanners direcionados à Central do 2º Grau retornem à Central do 1º Grau, ou, ainda, que os scanners doados pela PGE sejam substituídos pelo modelo já utilizado pelas Centrais, que é o ideal para o fim pretendido.

Em relação à equipe de reeducandos, que sofreu uma redução, conforme já mencionado, é importante ressaltar a necessidade de manutenção de um período maior dos que apresentam ótimo desempenho e já são detentores do conhecimento necessário para cumprir com celeridade as metas propostas. A cada renovação de equipe, leva-se em média 03 (três) meses para a devida capacitação e para que os colaboradores atinjam um nível de performance regular, o que impacta, e muito, na produtividade diária da unidade. Assim, há necessidade de se repensar a questão dos contratos dos reeducandos, pois, em que pese a rotatividade exigida pelo Programa Começar de Novo, uma renovação a cada ano prejudica a sequência célere do trabalho.






Por fim, no que concerne à equipe de migração, torna-se necessária a sua ampliação, pois, é uma única equipe, a quem são direcionadas todas as metas de migração. Por exemplo, a virtualização dos processos da UPJ Família, que, embora a digitalização tenha ficado a cargo da Central do Fórum Cível, e, inicialmente, tenha ficado acordado em reuniões que haveria uma equipe composta de servidores das Varas da Família para migrarem os processos, isso não ocorreu, ficando a equipe de migradores da Sede responsável pela virtualização de todos os processos, prejudicando, assim, a migração dos processos de seu fluxo normal.

Atualmente, com vistas a concluir a meta de virtualização dos gabinetes dos Desembargadores da competência Cível, novamente a equipe está focada em atingir a meta fixada. Porém os demais processos do fluxo comum ficam represados, uma vez que não há quadro de pessoal suficiente que atue exclusivamente na migração, e consiga dar vazão à enorme demanda de processos por virtualizar.

Aqui, faz-se necessário ponderar que a migração é atualmente o gargalo de todo o processo de trabalho da digitalização e virtualização de processos, pois, exige mais tempo e análise do processo para fins de indexação, além de ter vários problemas a serem enfrentados nessa etapa tais como:

1 – Dados incorretos no Libra: observa-se uma quantidade muito grande de cadastros feitos de forma incorreta no Libra, o que, além de impedir em certos casos a migração (classe, assunto incorretos), demandam um tempo muito grande na retificação dos autos após a migração (CPF, CPNJ, advogados, etc);





2 – Problemas técnicos relativos ao sistema de migração, que, por vezes, impedem que a migração seja realizada durante dias ou até mês (como ocorreu na mudança para o PJe 2.0);

3 – Muito tempo gasto com a conversão, fragmentação de mídias e sua juntada ao PJe (já que não podem ser migradas), além da inexistência de programas para compactação de mídia de áudio (que impede a juntada de mídias nesse formato, superiores a 5MB).

Esses são alguns dos problemas enfrentados pela equipe de migração, que, somado ao tempo normal que se leva para indexar um processo, principalmente os volumosos, acaba por ser uma tarefa mais lenta e com maior grau de cuidado, para que os autos sejam migrados ao PJe com maior clareza e correção possíveis.

Assim, faz-se necessário investir na equipe de migração, com aumento do número de servidores que atuam exclusivamente nessa área, inclusive, com o preenchimento de vagas que surgiram com a saída de servidores para outros concursos e para assumir outras gestões. Importa, por fim, ressaltar que a equipe manteve a produção mesmo durante a pandemia, zerando a migração dos processos que já estavam digitalizados e, sendo uma atividade que é possível desenvolver de forma remota, há possibilidade de ser feita por pessoas em grupos de risco cujo trabalho presencial não seria indicado; por outro lado, é importante que a equipe detenha conhecimento de Direito e facilidade ao lidar com informática, pois isso agiliza o desenvolver de suas atividades.





3.2. CRDV 1º Grau – RMB / FÓRUM CÍVEL

A Central de Digitalização do 1º Grau, localizada no Fórum Cível iniciou suas atividades em julho de 2020, tendo como objetivo inicial a digitalização e migração dos processos das Varas da Família, com prazo definido até outubro do referido ano.


A equipe foi composta por reeducandos da Central de Digitalização da Sede, contando, atualmente com **10 (dez) reeducandos**, dos quais, **05 (cinco)** estão com contrato vencendo em 31.01.2021.

Como não há equipe de migração, e houve bastante resistência para a realização de migração por parte dos servidores das Varas de Família, a virtualização dos processos daquelas Varas foram realizadas pela equipe de migração da Sede, que precisou focar exclusivamente nessa meta, a fim de cumpri-la no prazo fixado.

Após o cumprimento da meta relativa à UPJ Família, deu-se início, em novembro, à digitalização dos processos da UPJ Fazenda, conforme quadro a seguir:

Meses	Processos Recebidos	Processos Higienizados	Processos Digitalizados	Processos Conferidos	Processos Migrados
JULHO	826	826	826	826	824
AGOSTO	1.267	1.267	1.267	1.267	1.260
SETEMBRO	1.469	1.469	1.469	1.469	1.469
OUTUBRO	1.997	1.997	1.997	1.997	1.997
NOVEMBRO	1.174	1.174	1.162	1.116	
DEZEMBRO	322	316	316	288	
Total	7.055	7.049	7.037	5.559	5.550





A meta de virtualização da UPJ Fazenda está sob a responsabilidade dos servidores da própria Unidade Judiciária, que receberam treinamento em outubro do ano passado e possuem suporte através da plataforma Microsoft *Teams* para tirar dúvidas.

Em relação aos equipamentos, a Central do Fórum Cível conta com 04 (quatro) scanners de grande porte, sendo que 01 (um) encontra-se cedido temporariamente à Central de Digitalização da Sede, para repor em parte os que foram redirecionados para a Central do 2º Grau, até o final do mês de janeiro do corrente ano. Os scanners de mesa utilizados na conferência e pela gestão foram todos cedidos pela Central de Digitalização da Sede.

3.3. CRDV 1º Grau – RMB / ANANINDEUA

A Central de Digitalização do 1º Grau – RMB/Ananindeua, instalada no Fórum da Comarca de Ananindeua, a fim de compor, juntamente com a Central da Sede e do Fórum Cível, a Central Regional da RMB, iniciou suas atividades em 13.10.2020, tendo como objetivo inicial a virtualização do acervo da própria Comarca.

Muitos dos equipamentos que compõem a Central de Ananindeua são todos emprestados de outros setores/Unidades Judiciárias da Comarca, tais como computadores, impressora, notebook e scanners de mesa.

A equipe é composta por 03 (três) servidores e 06 (seis) reeducandos. Durante sua implantação (outubro e novembro), contou com 01 servidor e 01 reeducando mais experientes, deslocados da Central Sede, para organizar e auxiliar nos trabalhos da Central.



PERÍODO	Processos Recebidos	Processos Higienizados	Processos Digitalizados	Processos Conferidos	Processos Concluídos
OUT A DEZ 2020	1.678	1.678	1.678	1.675	1.151
Total	1.678	1.678	1.678	1.675	1.151

3.4. CRDV 1º Grau – REGIÃO SUDOESTE e OESTE DO PARÁ / SANTARÉM

A Central de Digitalização do 1º Grau – Região Sudoeste e Oeste do Pará, foi instalada no Fórum da Comarca de Santarém, em 22.10.2020.

Dispõe de 02 scanners de grande porte, realocados 01 da Central de Digitalização da Sede e outro da Central de Digitalização de Parauapebas, sendo os demais equipamentos (scanners de mesa, segunda tela e impressoras) emprestados por algumas das unidades judiciárias da Comarca.

A equipe da Central é composta por 01 (uma) servidora que exerce a gestão da unidade e 06 (seis) reeducandos que atuam nas fases do processo de trabalho da digitalização de processos (higienização, digitalização e conferência).

A migração está a cargo das próprias Unidades Judiciárias.

Desde seu início, a Central tem atuado em horário reduzido por conta da pandemia (9h às 13h) e tem enfrentado alguns problemas relativos à infraestrutura, principalmente de rede, o que impossibilita a utilização de pasta de rede para transferir



arquivos e disponibilizá-los às unidades judiciárias, o que tem sido feito através da plataforma Microsoft *Teams*.

A Central Regional do Sudoeste e Oeste do Pará tem como objetivo inicial a virtualização do acervo da Comarca de Santarém, conforme cronograma abaixo, e, posteriormente, do acervo das demais Comarcas que compõem o Polo.

CRONOGRAMA PARA VIRTUALIZAÇÃO DE PROCESSOS DAS UNIDADES JUDICIÁRIAS DA COMARCA DE SANTARÉM

Nº	UNIDADE JUDICIÁRIA	ACERVO	MESES / 2020			MESES / 2021												
			Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
01	5ª Vara Infância	180																
02	4ª Vara Cível	336																
03	3ª Vara Cível	821																
04	1ª Vara Cível	883																
05	2ª Vara Cível	1652																
06	6ª Vara Cível	1829																
07	Juizado Consumidor	02																
08	Juizado Meio Ambiente	75																
09	Juizado de Viol. Doméstica	1898																
10																		

Até dezembro do ano passado, a Central de Digitalização da Região Sudoeste e Oeste do Pará já havia digitalizado **934 (novecentos e trinta e quatro)** processos, dos quais, **245 (duzentos e quarenta e cinco)** já haviam sido virtualizados pelos servidores das próprias Unidades Judiciárias.

Meses	Processos Recebidos	Processos Higienizados	Processos Digitalizados	Processos Conferidos	Processos Concluídos
OUTUBRO	406	397	406	387	245
NOVEMBRO	410	410	410	281	
DEZEMBRO	201	152	118		
Total	1.017	959	934	668	245



3.5. CRDV 1º Grau – REGIÃO SUL e SUDESTE DO PARÁ / MARABÁ

A Central Regional de Digitalização do 1º Grau – Região Sul e Sudeste do Pará, sediada na Comarca de Marabá foi organizada no período de 16 a 20 de novembro de 2020, estando em pleno funcionamento desde então. Seu cronograma de trabalho, tal como a Central de Santarém, busca inicialmente virtualizar o acervo da Comarca de Marabá, para posteriormente alcançar os demais municípios, ficando assim definido para início:

CRONOGRAMA PARA VIRTUALIZAÇÃO DE PROCESSOS DAS UNIDADES JUDICIÁRIAS DA COMARCA DE MARABÁ

Nº	UNIDADE JUDICIÁRIA	ACERVO	MESES / 2020		MESES / 2021												
			Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
01	4ª Vara Cível	211															
02	2ª Vara Cível	3804															
03	1ª Vara Cível	5150															
04	3ª Vara Cível	4638															
05	Vara Agrária	146															
06	Juizado Meio Ambiente	120															
07	1º Juizado Cível e Criminal	308															
08	2º Juizado Cível e Criminal	707															
TOTAL		15084															

O primeiro grande problema enfrentado pela Central é o espaço muito restrito, pois a sala é pequena para comportar todos os equipamentos, servidores e colaboradores. Essa unidade foi equipada com 02 (dois) scanners de grande porte e, até então, não há scanners de mesa para a fase da conferência, que têm utilizado a impressora multifuncional para digitalização de certidões e outras folhas. Os demais equipamentos (computadores, impressoras) foram emprestados por outros setores e unidades da Comarca para equipar a Central.





Em relação à equipe, a Central conta com 01(uma) servidora efetiva (gestora), 06 (seis) reeducandos e 05 (cinco) servidores cedidos pela Prefeitura.

A migração está a cargo dos servidores das Unidades Judiciárias, porém, até o presente momento tem ocorrido bastante resistência em relação à realização deste serviço, em razão do número reduzido de servidores, dos afastamentos em razão da pandemia, do horário reduzido, entre outras razões que tem sido apresentadas, razão pela qual, até o presente momento, não ter sido migrado nenhum dos processos digitalizados, conforme tabela abaixo.

Meses	Processos Recebidos	Processos Higienizados	Processos Digitalizados	Processos Conferidos	Processos ConCluidos
NOVEMBRO	784	784	784	695	
DEZEMBRO	1.172	1.172	725	262	
Total	1.956	1.956	1.509	957	

Tal situação enfrentada pela Central de Digitalização de Marabá demonstra a necessidade de cada Central possuir uma equipe própria de servidores para migração dos processos ao PJe, pois, embora o andamento da fase de digitalização seja realizado de forma célere, não terá alcançado seu objetivo sem a virtualização dos autos.

3.6. CRDV 1º Grau – REGIÃO SUL e SUDESTE DO PARÁ / PARAUPEBAS

A Central Regional de Digitalização do 1º Grau – Região Sudeste e Sul do Pará, com sede em Parauapebas, em que pese tenha sido a primeira a iniciar os trabalhos de digitalização de processos sob a concepção de Central Regional, ainda no ano de 2019.



O objetivo da Central que era, inicialmente, digitalizar os processos cíveis da própria Comarca, foi ampliado com a Portaria 1833/202 - GP, passando a ser responsável, juntamente com a Central Regional de Marabá pela virtualização dos acervos de processos físicos das Comarcas que compõem a região Sul e Sudeste do Pará.

Atualmente a Central conta com 05 (cinco) scanners de grande porte, em razão da realocação de equipamentos para outras Centrais. A equipe é formada por 02 (dois) servidores do TJ e 21 (vinte e um) servidores cedidos pela Prefeitura, cedidos mediante celebração de convênio.

Desde que iniciou suas atividades, a Central de Digitalização de Parauapebas já concluiu a digitalização e virtualização de 8.327 (oito mil, trezentos e vinte e sete processos), conforme demonstrado abaixo:

Ano	Processos Recebidos	Processos Higienizados	Processos Digitalizados	Processos Conferidos	Processos Concluídos
2019	5.564	5.564	5.564	5.564	5.564
2020	3.207	3.054	2.910	2.777	2.763
Total	8.771	8.618	8.474	8.341	8.327

VARAS COM DIGITALIZAÇÃO E MIGRAÇÃO CONCLUÍDA	PROCESSOS DIGITALIZADOS E MIGRADOS	
VARA DA FAZENDA PÚBLICA E EXECUÇÃO FISCAL	3723	
1ª VARA CÍVEL	2414	
2ª VARA CÍVEL	502	
VARA COM DIGITALIZAÇÃO E MIGRAÇÃO EM ANDAMENTO	PROCESSOS DIGITALIZADOS E MIGRADOS	PROCESSOS PENDENTES*
3ª VARA CÍVEL	1688	1012
OUTRAS VARAS COM ACERVO PENDENTE DE DIGITALIZAÇÃO E MIGRAÇÃO	ACERVO LIBRA	
1ª VARA CRIMINAL	5007	
2ª VARA CRIMINAL	3383	
JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL	600	





COMARCAS INTEGRANTES DO CONVÊNIO A SEREM DIGITALIZADAS	
CANAÃ DOS CARAJÁS	ACERVO LIBRA
1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS	1304
2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS	828
VARA CRIMINAL DE CANAÃ DE CARAJÁS	2332
CURIONÓPOLIS	ACERVO LIBRA
VARA ÚNICA DE CURIONÓPOLIS	2498

Estimativa de 2700 processos físicos (acervo Libra).



4. ABRANGÊNCIA DAS CENTRAIS REGIONAIS DE DIGITALIZAÇÃO E VIRTUALIZAÇÃO

Com base na diretriz apresentada pela Portaria 1833/2020 - GP, foram elaborados planos de trabalho fixando a abrangência de cada uma das Centrais Regionais, de forma a definir de forma clara quais municípios estarão vinculados a cada uma das Centrais, possibilitando, desta feita, uma melhor definição de estratégias a serem adotadas para o alcance das metas estipuladas.

Identificação da Central	Quantidade de Unidades abrangidas	Acervo	Unidades abrangidas
RMB /Sede	60	309.253	Belém Icoaraci Mosqueiro Região Marajó Região Salgado Acervo 2º Grau (Cível)
RMB / Fórum Cível	17	131.873	UPJ Família UPJ Fazenda Varas de Execução Fiscal Varas Cíveis
RMB / Ananindeua	31	156.850	Ananindeua Benevides Marituba Santa Bárbara Santa Izabel Região da Alça Viária
Região Sudoeste e Oeste do Pará / Santarém	27	85.635	Região Baixo Amazonas Região Tapajós
Região Sul e Sudeste do Pará / Marabá	26	122.052	Região Alto Tocantins (exceto atendidos por Parauapebas) Região Xingu (exceto Altamira)
Região Sul e Sudeste do Pará / Parauapebas	27	146.358	Parauapebas Canaã dos Carajás Curionópolis Eldorado dos Carajás Altamira Região Araguaia

26



5. PRODUTIVIDADE CONSOLIDADA DAS CENTRAIS REGIONAIS DE DIGITALIZAÇÃO

CENTRAL	Processos Digitalizados	Processos Migrados
RMB / Sede	35.897	23.097
RMB / Fórum Cível	7.037	5.550
RMB / Ananindeua	1.678	1.151
Região Sudoeste e Oeste do Pará / Santarém	934	245
Região Sul e Sudeste do Pará / Marabá	1.509	
Região Sul e Sudeste do Pará / Parauapebas	8.474	8.327
TOTAL DAS CENTRAIS	55.529	38.370

CENTRAL	Processos Digitalizados	Processos Migrados
RMB / Sede	35.897	23.097
RMB / Fórum Cível	7.037	5.550
RMB / Ananindeua	1.678	1.151
Região Sudoeste e Oeste do Pará / Santarém	934	245
Região Sul e Sudeste do Pará / Marabá	1.509	
Região Sul e Sudeste do Pará / Parauapebas	8.474	8.327
TOTAL DAS CENTRAIS	55.529	38.370
1ª Vara Cível e Empresarial de Redenção	1.548	1.548
Vara Única de Alenquer	1.000	1.000
Vara Única de Bujaru	400	
TOTAL GERAL	58.477	40.918



6. METAS CUMPRIDAS PELAS CENTRAIS REGIONAIS

Nesses 2 anos e meio de existência da Central de Digitalização do 1º Grau, algumas metas foram apresentadas como desafios a serem cumpridos pela equipe, e todas foram cumpridas com êxito, mesmo que em tempo exíguo.

META	CENTRAL	QUANTIDADE DE PROCESSOS	PRAZO DE CUMPRIMENTO
Virtualização dos processos da Norte Energia (em trâmite no 2º Grau)	RMB/Sede	1.436	5 meses
Digitalização dos Processos de Execuções Penais, Penas e Medidas Alternativas	RMB/Sede e 2º Grau; Equipes Volantes Santarém e Marabá	13.598	21 dias
Virtualização do acervo da Turma Recursal	RMB/Sede	1.470 470	6 meses (resíduo)
Virtualização dos processos Meta 4 (GT)	RMB/Sede	654	Não definido
Digitalização dos processos da CJCI	RMB/Sede	568	3 meses
Virtualização dos processos da UPJ Família	RMB/ Fórum Cível e equipe de migração da Sede	5.560	4 meses

Atualmente, a Central Regional RMB / Sede está trabalhando na meta de virtualizar todo o acervo dos gabinetes dos Desembargadores da área Cível, e da UPJ Cível 2º Grau, conforme se demonstra a seguir:




GABINETES	ACERVO	Processos Recebidos	Processos Higienizados	Processos Digitalizados	Processos Conferidos	Processos Concluídos	Índice de Digitalização	Índice de Virtualização
DES. LEONARDO NORONHA TAVRES	4	4	4	4	4	4	100	100
DESA. LUIZA NADJA GUIMARÃES DO NASCIMENTO	297	297	297	297	297	297	100	100
DES. CONSTANTINO GUERREIRO	125	125	125	125	125	125	100	100
DES. RICARDO FERREIRA NUNES	2	2	2	2	2	2	100	100
DESA. CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO								
DESA. MARIA DE NAZARÉ SAAVEDRA GUIMARÃES	29	29	29	29	29	29	100	100
DESA. DIRACY NUNES ALVES	18	18	18	18	18	18	100	100
DESA. GLEIDE PEREIRA DE MOURA	46	46	46	46	41	46	100	100
DES. JOSÉ MARIA TEIXEIRA DO ROSÁRIO	61	61	61	61	61	61	100	100
DESA. MARIA DO CÉO MACIEL COUTINHO	231	231	231	231	231	231	100	100
DES. ROBERTO GONÇALVES DE MOURA								
DESA. MARIA FILOMENA DE ALMEIDA BUARQUE	55	55	55	55	55	55	100	100
DESA. EDINEIA OLIVEIRA TAVARES	134	134	134	134	134	134	100	100
DES. LUIZ GONZAGA DA COSTA NETO	147	147	147	147	147	147	100	100
DESA. EZILDA PASTANA MUIRAN								
DESA. MARIA ELVINA GEMAQUE TAVEIRA	161	161	161	161	161	161	100	100
DESA. ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA	143	143	143	143	143	143	100	100
DES. JOSÉ ROBERTO PINHEIRO MAIA BEZERRA JUNIOR	591	591	591	591	591	266	100	45,00846024
DESA. EVA DO AMARAL COELHO	534	534	534	531	337		99,43820225	0
UPJ 2º GRAU	1102	1102	850	772	772	252	70,05444646	22,86751361
Total Geral	3680	3680	3428	3347	3148	1971	90,95108696	53,55978261

7. DIGITALIZAÇÃO DE ACERVO DE PROCESSOS FÍSICOS PELAS UNIDADES JUDICIÁRIAS

1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE REDENÇÃO

Com a edição da Portaria nº 1883/2020 – GP, de 3 de setembro de 2018 foi prevista a descentralização da digitalização e virtualização dos processos pelas Unidades Judiciárias, dessa forma a 1ª Vara Cível e Empresarial de Redenção, em parceria com entidades locais e com o Grupo de Trabalho responsável pela gestão e operacionalização do Sistema de Digitalização e Virtualização de Processos Judiciais, estruturou a sua unidade





judiciária, obteve capacitação, orientações e acompanhamento do Grupo de Trabalho e iniciou a digitalização de processos em setembro/2020.

Até essa data, do acervo de 3.600 (três mil e seiscentos) processos, já foram digitalizados e virtualizados **1.548 (mil quinhentos e quarenta e oito mil)** processos, que, somados aos processos já baixados, deixam um resíduo de cerca de 1.000 processos para concluir a virtualização da Unidade.

VARA ÚNICA DE ALENQUER

Seguindo os mesmos parâmetros descritos no ítem anterior, iniciou a digitalização de processos em outubro/2020.

Como a equipe era formada por servidores cedidos pela Prefeitura, cujo contrato não foi renovado, e, com o afastamento de 04 servidoras do grupo de risco, em razão da pandemia, a equipe da Unidade Judiciária reduziu para 03 servidores apenas, que não conseguem realizar a migração dos processos já digitalizados de forma célere como vinha ocorrendo.

Além disso, a Unidade ainda não recebeu scanners para auxiliar no processo de digitalização.

Porém, apesar das dificuldades, já foram digitalizados e virtualizados mais de 1000 (mil) processos.



VARA ÚNICA DE BUJARU

Em conformidade com o disposto na Portaria 1883/2020 – GP, de 3 de setembro de 2020, foi autorizada a Digitalização de acervo pela Unidade Judiciária, tendo sido iniciada as atividades no final de outubro/2020.

A Unidade optou por fazer por etapas a digitalização e virtualização dos processos. Assim, até o presente momento já atingiu 100% de processos digitalizados, iniciando a fase da indexação; já tendo sido indexados cerca de 1/3 do acervo.

Após a conclusão da indexação, passarão à fase de migração dos processos ao PJe.

8. PROBLEMAS RECORRENTES E POSSÍVEIS SOLUÇÕES

EQUIPAMENTOS E INFRAESTRUTURA

- As Centrais Regionais de Santarém, Marabá e Ananindeua estão funcionando com equipamentos emprestados de outros setores ou Unidades das Comarcas, necessitando de computadores, impressoras e scanners de mesa próprios da Central (inclusive, a Central de Santarém já tem recebido solicitação de devolução de equipamentos);

- A Central Regional RMB/Sede precisou ceder vários scanners (Ananindeua, Santarém, Fórum Cível e Central do 2º Grau), que precisam ser repostos, para que tenha, no





mínimo, 04 scanners de grande porte, já que é a Central com maior demanda de processos. É necessário, ainda, a substituição dos scanners cedidos pela Procuradoria Geral do Estado - PGE, por outros no padrão dos que são utilizados pelas Centrais do Tribunal, tendo em vista as dificuldades registradas no funcionamento e operacionalização;

- A Central Regional de Parauapebas também cedeu vários scanners para as demais Centrais, precisando de scanners de mesa para a conferência. E há 06 (seis) computadores com problemas que precisam ser substituídos;


- Precariedade da rede de internet nas Comarcas do Interior, impossibilitando, assim, a utilização de pasta de rede pelas Centrais Regionais. Isso gera uma sobrecarga na memória dos computadores, necessitando de memórias externas para armazenagem dos dados.

EQUIPE:

- A resistência encontrada na migração dos processos pelas próprias unidades judiciárias demonstra a necessidade de existir uma equipe de migradores exclusivos para cada uma das Centrais de Regionais de Digitalização e Virtualização;

- A diminuição do número de migradores da equipe da sede (outros órgãos/setores) frente ao constante aumento da demanda dos processos do fluxo comum da Central somado às metas que precisam ser cumpridas em tempo exíguo, demonstram a urgente necessidade de ampliação da equipe de migração da sede;






- Redução da equipe de reeducandos da Central da Sede, equipe pequena de reeducandos da Central do Fórum Cível e da Central de Santarém: para que se possa aumentar a produtividade das Centrais é necessária a ampliação da equipe de colaboradores, que atuam nas etapas do processo de digitalização;

- Torna-se necessária a manutenção da equipe de reeducandos atual, por pelo menos, mais 01 (um) ano, já que estão plenamente capacitados para enfrentar as metas impostas, uma vez que possuem o conhecimento e a prática necessárias para realizar com eficiência e celeridade as etapas do processo de digitalização. Assim, sugere-se, que seja ampliado o tempo de permanência por meio de Convênio de Cooperação Técnica e Financeira com o Governo do Estado por meio da Secretaria de Administração Penitenciária e Fábrica Esperança.

DESAFIOS GERAIS:

- Tem-se observado por parte de servidores das mais diversas Comarcas, falta de conhecimento acerca do teor da Portaria 1833/2020 e do processo de digitalização e virtualização de processos em relação a possibilidade de realização pelas Unidades Judiciárias, bem como, resistência para realizar a migração de processos já digitalizados, sob a alegação de falta de estrutura, pessoal e tempo. Assim, faz-se necessário uma ampla divulgação dos normativos, bem como uma campanha de conscientização dos benefícios trazidos pela virtualização dos acervos, para o servidor, para o Tribunal e para o jurisdicionado, especialmente no atual momento de pandemia. Tal divulgação deve ser realizada de forma a focar todos os materiais disponíveis e acessíveis àqueles que quiserem efetivar a migração do acervo (guias rápidos, manuais e tutoriais).





- Reforçar a possibilidade de digitalização de autos por parte dos advogados e procuradores, e, voltando ao item anterior, dando maior divulgação a essa alternativa aos servidores das Unidades Judiciárias, para que, ao receberem os autos digitalizados saibam como proceder para migração dos processos.

- Instituição das equipes volantes para acelerar a digitalização dos processos nos municípios, conforme previsto na Portaria, necessitando para tal de equipamentos que atendam à necessidade da digitalização e que muitas vezes não são encontrados nas Comarcas (impressora multifuncional – para cópia de documentos; scanner que possua espelho; scanner de mesa para conferência, etc).

9. PROJEÇÃO PARA DIGITALIZAÇÃO DO ACERVO DE PROCESSOS FÍSICOS CONSIDERANDO A EXPANSÃO DOS RECURSOS HUMANOS E MATERIAIS DAS CENTRAIS REGIONAIS DE DIGITALIZAÇÃO E VIRTUALIZAÇÃO

A ampliação da capacidade de produção das Centrais de Digitalização trará ganhos imensuráveis para a justiça paraense, especialmente, para o jurisdicionado, fim precípua do Poder Judiciário. Mas para isso, torna-se indispensável uma melhor infraestrutura, mais equipamentos e pessoal (reeducandos capacitados e servidores que atuem exclusivamente na migração).

Com base nesses elementos, demonstra-se a seguir uma projeção de digitalização de acervo, levando em conta a capacidade atual, bem como a capacidade ampliada de cada Central Regional de Digitalização e Virtualização, com a possibilidade de digitalização tanto do acervo Cível, quanto do Criminal:



1 – CRDV 1º GRAU – RMB / PROJEÇÃO COM CAPACIDADE AMPLIADA

CENTRAL DE DIGITALIZAÇÃO E VIRTUALIZAÇÃO DO 1º GRAU – RMB – BELÉM / SEDE e FÓRUM CÍVEL						
Acervo da Região: 291.069 (Cíveis) + 150.057 (Criminais) = 441.126						
Capacidade ATUAL: 06 scanners de grande porte						
PROCESSO / DIA	FOLHAS/DIAS	PROCESSOS/MÊS	FOLHAS/MÊS	PROCESSOS DIGITALIZADOS EM 3 ANOS	% DE DIGITALIZAÇÃO EM 3 ANOS	PRAZO DE CONCLUSÃO (PREVISTO)
150	30.000	3.000	600.000	108.000	23,2%	12 anos e 8 meses
Acervo da Região: 291.069 (Cíveis) + 150.057 (Criminais) = 441.126						
Capacidade AMPLIADA: acréscimo de 05 scanners – totalizando 11 scanners de grande porte						
PROCESSO / DIA	FOLHAS/DIAS	PROCESSOS/MÊS	FOLHAS/MÊS	PROCESSOS DIGITALIZADOS EM 3 ANOS	% DE DIGITALIZAÇÃO EM 3 ANOS	PRAZO DE CONCLUSÃO (PREVISTO)
275	55.000	5.500	1.100.000	198.000	44,8%	6 anos e 7 meses

2 – CRDV 1º GRAU – RMB / ANANINDEUA

CENTRAL DE DIGITALIZAÇÃO E VIRTUALIZAÇÃO DO 1º GRAU – RMB - ANANINDEUA						
Acervo da Região: 94.564 (Cível) + 62.286 (Criminal) = 156.850						
Capacidade ATUAL: 02 scanners de grande porte						
PROCESSO / DIA	FOLHAS/DIAS	PROCESSOS/MÊS	FOLHAS/MÊS	PROCESSOS DIGITALIZADOS EM 3 ANOS	% DE DIGITALIZAÇÃO EM 3 ANOS	PRAZO DE CONCLUSÃO (PREVISTO)
50	10.000	1.000	200.000	36.000	22,9%	13 anos
Acervo da Região: 94.564 (Cível) + 62.286 (Criminal) = 156.850						
Capacidade AMPLIADA: acréscimo de 04 scanners – totalizando 06 scanners de grande porte						
PROCESSO / DIA	FOLHAS/DIAS	PROCESSOS/MÊS	FOLHAS/MÊS	PROCESSOS DIGITALIZADOS EM 3 ANOS	% DE DIGITALIZAÇÃO EM 3 ANOS	PRAZO DE CONCLUSÃO (PREVISTO)
150	30.000	3.000	600.000	108.000	68,8%	4 anos e 3 meses



3 – CRDV 1º GRAU – REGIÃO SUDOESTE E OESTE DO PARÁ / SANTARÉM

CENTRAL DE DIGITALIZAÇÃO E VIRTUALIZAÇÃO DO 1º GRAU – REGIÃO SUDOESTE E OESTE DO PARÁ - SANTARÉM						
Acervo da Região: 55.053 (Cível) + 30.582 (Criminal) = 85.635						
Capacidade ATUAL: 02 scanners de grande porte						
PROCESSO / DIA	FOLHAS/DIAS	PROCESSOS/MÊS	FOLHAS/MÊS	PROCESSOS DIGITALIZADOS EM 3 ANOS	% DE DIGITALIZAÇÃO EM 3 ANOS	PRAZO DE CONCLUSÃO (PREVISTO)
50	10.000	1.000	200.000	36.000	42%	7 anos e 1 meses
Acervo da Região: 55.053 (Cível) + 30.582 (Criminal) = 85.635						
Capacidade AMPLIADA: acréscimo de 03 scanners – totalizando 05 scanners de grande porte						
PROCESSO / DIA	FOLHAS/DIAS	PROCESSOS/MÊS	FOLHAS/MÊS	PROCESSOS DIGITALIZADOS EM 3 ANOS	% DE DIGITALIZAÇÃO EM 3 ANOS	PRAZO DE CONCLUSÃO (PREVISTO)
125	25.000	2.500	500.000	90.000	100%	Concluído antes do prazo

4 – CRDV 1º GRAU – REGIÃO SUL E SUDESTE DO PARÁ / MARABÁ

CENTRAL DE DIGITALIZAÇÃO E VIRTUALIZAÇÃO DO 1º GRAU – REGIÃO SUL E SUDESTE DO PARÁ - MARABÁ						
Acervo da Região: 85.448 (Cíveis) + 36.604 (Criminais) = 122.052						
Capacidade ATUAL: 02 scanners de grande porte						
PROCESSO / DIA	FOLHAS/DIAS	PROCESSOS/MÊS	FOLHAS/MÊS	PROCESSOS DIGITALIZADOS EM 3 ANOS	% DE DIGITALIZAÇÃO EM 3 ANOS	PRAZO DE CONCLUSÃO (PREVISTO)
50	10.000	1.000	200.000	36.000	29.4%	10 anos
Acervo da Região: 85.448 (Cíveis) + 36.604 (Criminais) = 122.052						
Capacidade AMPLIADA: acréscimo de 04 scanners – totalizando 06 scanners de grande porte						
PROCESSO / DIA	FOLHAS/DIAS	PROCESSOS/MÊS	FOLHAS/MÊS	PROCESSOS DIGITALIZADOS EM 3 ANOS	% DE DIGITALIZAÇÃO EM 3 ANOS	PRAZO DE CONCLUSÃO (PREVISTO)
150	30.000	3.000	600.000	108.000	88.4%	3 anos e 3 meses



5 – CRDV 1º GRAU – REGIÃO SUL E SUDESTE DO PARÁ / PARAUPEBAS

CENTRAL DE DIGITALIZAÇÃO E VIRTUALIZAÇÃO DO 1º GRAU – REGIÃO SUL E SUDESTE DO PARÁ - PARAUPEBAS						
Acervo da Região: 93.187 (Cíveis) + 53.171 (Criminais) = 146.358						
Capacidade ATUAL: 02 scanners de grande porte						
PROCESSO / DIA	FOLHAS/DIAS	PROCESSOS/MÊS	FOLHAS/MÊS	PROCESSOS DIGITALIZADOS EM 3 ANOS	% DE DIGITALIZAÇÃO EM 3 ANOS	PRAZO DE CONCLUSÃO (PREVISTO)
50	10.000	1.000	200.000	36.000	24.5%	12 anos
Acervo da Região: 93.187 (Cíveis) + 53.171 (Criminais) = 146.358						
Capacidade AMPLIADA: acréscimo de 04 scanners – totalizando 06 scanners de grande porte						
PROCESSO / DIA	FOLHAS/DIAS	PROCESSOS/MÊS	FOLHAS/MÊS	PROCESSOS DIGITALIZADOS EM 3 ANOS	% DE DIGITALIZAÇÃO EM 3 ANOS	PRAZO DE CONCLUSÃO (PREVISTO)
150	30.000	3.000	600.000	108.000	73.7%	4 anos

10. ACOMPANHAMENTO DA DIGITALIZAÇÃO E VIRTUALIZAÇÃO DE PROCESSOS FÍSICOS – DIGITÔMETRO.

Com a edição da Portaria nº 1833/2020 – GP, de 3 de setembro de 2020 e a criação do Sistema de Digitalização e Virtualização de Processos Judiciais, o Tribunal de Justiça do Estado do Pará disponibilizará o Painel de Acompanhamento da Digitalização de Processos Físicos, também chamado de DIGITÔMETRO.

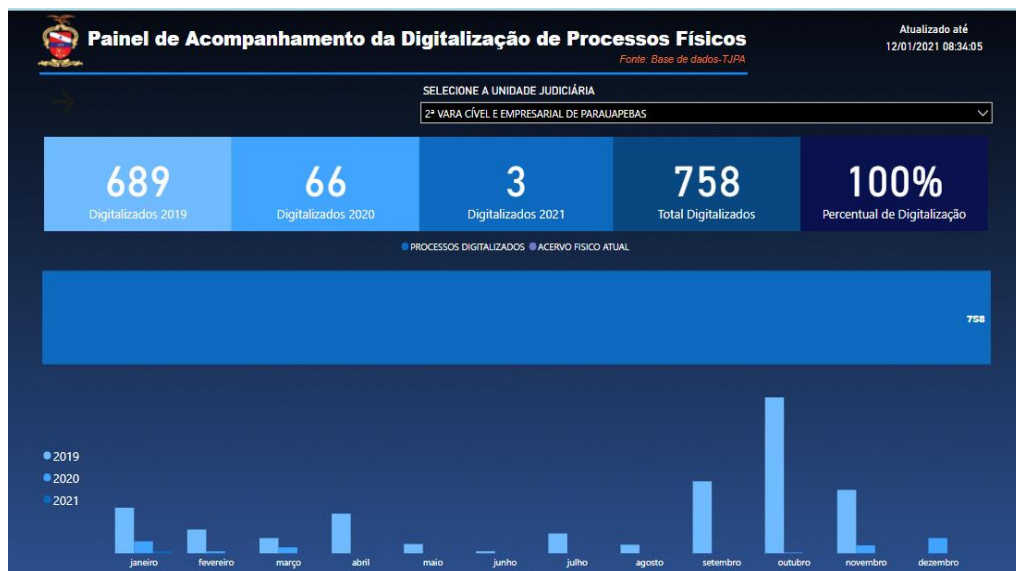
O objetivo dessa ferramenta de monitoramento é o acompanhamento dos trabalhos das Centrais Regionais e das Unidades Judiciárias quanto à digitalização do acervo de processos físicos, de forma transparente, possibilitando também a produção de informações gerenciais.





Desenvolvido pela Coordenadoria de Estatística do Departamento de Planejamento, Gestão e Estatística – DPGE do Tribunal de Justiça, o referido painel permitirá acompanhar, em tempo real, a quantidade de processos e o percentual de digitalização de cada unidade judiciária de 1º Grau.

O link de acesso estará disponível no Portal Interno do TJPA, no endereço: http://powerbi.i.tj.pa.gov.br/Reports/powerbi/DPGE/Estat%C3%ADstica/digitometro_v1?s:embed=true.



Abaixo relaciona-se as unidades judiciárias que tiveram seu acervo de processos físicos 100% digitalizados e virtualizados ao PJe no período de 2019/2021.

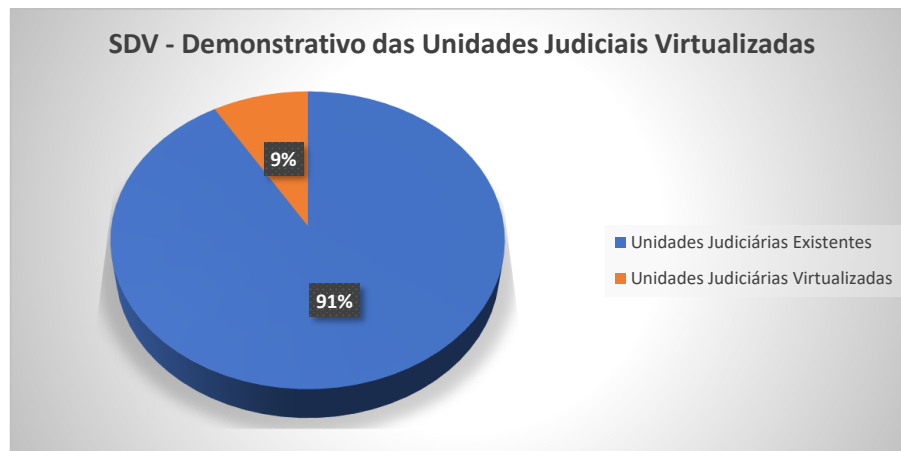
DEUNIDADE	UNIDADES COM ACERVO 100% DIGITALIZADO	
	ACERVO FISICO ATUAL	PERC_DIGITALIZACAO
	30	
10ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE BELÉM	0	100%
11ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE BELÉM	0	100%
12ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE BELÉM	0	100%
15ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM	0	100%
1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE PARAUAPEBAS	0	100%
1ª VARA DE FAMÍLIA DE BELÉM	0	100%
1ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE ANANINDEUA	0	100%
1ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE FAZENDA PÚBLICA	0	100%
2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE PARAUAPEBAS	0	100%
2ª VARA DE FAMÍLIA DE ANANINDEUA	0	100%
2ª VARA DE FAMÍLIA DE BELÉM	0	100%
2ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE ANANINDEUA	0	100%
2ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE FAZENDA PÚBLICA	0	100%
3ª VARA DE FAMÍLIA DE BELÉM	0	100%
4ª VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DE BELÉM	0	100%
4ª VARA DE FAMÍLIA DE BELÉM	0	100%
5ª VARA DE FAMÍLIA DE BELÉM	0	100%
6ª VARA DE FAMÍLIA DE BELÉM	0	100%
7ª VARA DE FAMÍLIA DE BELÉM	0	100%
7ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE BELÉM	0	100%
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE ITAITUBA	0	100%
JUIZADO ESPECIAL DO MEIO AMBIENTE DE CASTANHAL	0	100%
JUIZADO ESPECIAL DO MEIO AMBIENTE DE SANTARÉM	0	100%
VARA AGRÁRIA DE SANTARÉM	0	100%
VARA CÍVEL E CRIMINAL DISTRITAL DE MOSQUEIRO	0	100%
VARA DA FAZENDA PÚBLICA E EXECUÇÃO FISCAL DE PARAUAPEBAS	0	100%
VARA DE INFÂNCIA E JUVENTUDE DISTRITAL DE ICOARACI	0	100%
VARA DO JUIZADO CÍVEL E CRIMINAL DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA	0	100%
VARA ÚNICA DE FARO	0	100%
VARA AGRÁRIA DE ALTAMIRA	0	100%





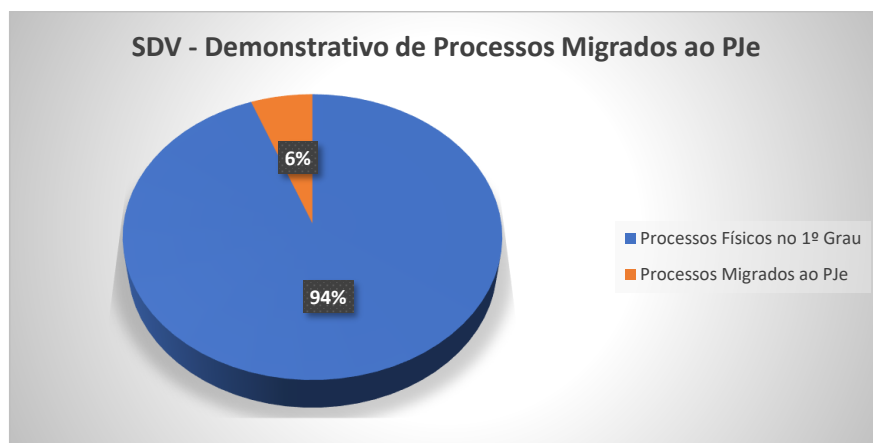
No que diz respeito ao Digitômetro do 2º Grau está em fase final de elaboração o Painel de Gestão Judiciária do 2º Grau, que subsidiará o monitoramento, em tempo real, da digitalização e virtualização do acervo de processos físicos ainda em tramite nessa jurisdição, que oportunamente, será disponibilizado no Portal do TJPA.

Considerando o universo de 319 unidades judiciárias de varas únicas e de competência cível e criminal, atingimos nesse biênio o percentual de 9,40% de unidades virtualizadas.



Para o universo de aproximadamente 670.000 (seiscentos e setenta mil) processos físicos ainda em tramitação nas unidades judiciária do Poder Judiciário, no biênio foi atingido o percentual de 6% .





Por fim, é oportuno ressaltar que os esforços empreendidos para a concretização da implantação do Sistema de Sigilização e Virtualização de Processos ocorreram em especial no ano de 2020, necessitando o sistema de investimentos mais significativos no que diz respeito ao acréscimo de recursos humanos, materiais e de infraestrutura, para que possamos incrementar o percentual de unidades judiciárias virtualizadas, bem como o número de processos migrados ao sistema PJe, e com isso, elevar o Poder Judiciário paraense a outro patamar de produtividade e celeridade na prestação jurisdicional, com ingresso definitivo na era digital.

